

Domingo, 27 de Setembro de 2026

Gilmar volta a criticar Mendonça e defende aplicação do juiz de garantias no STF

Ministro questiona decisões individuais de amplo alcance na investigação e cita afastamento do diretor da PF

O ministro Gilmar Mendes, integrante do Supremo Tribunal Federal, retomou suas críticas neste sábado (26) aos procedimentos adotados pelo colega André Mendonça no caso envolvendo o Banco Master, ao mesmo tempo em que defendeu a adoção do modelo de juiz de garantias também na Corte Suprema.

Sua posição foi expressa através das redes sociais do magistrado logo após o Conselho Superior do Ministério Público Federal rejeitar, na sexta-feira (25), um pedido para que fosse aberta investigação envolvendo o procurador-geral da República, Paulo Gonet. Para Mendes, o resultado da votação demonstrou que inexistiam impedimentos legais para que Gonet prosseguisse participando dos processos relativos ao Banco Master.

"A decisão do Conselho Superior do Ministério Público Federal, ontem, confirma o que já se sabia. Nada havia que impedisse o procurador-geral de seguir atuando nos processos do Banco Master", declarou o ministro.



Paraná Pesquisas: 57,7% aprovam governo Elmano no Ceará e 39,9% desaprovam

Quando referiu-se a Mendonça, Gilmar também desaprovou a forma com que detalhes do processo tornaram-se públicos. Na avaliação do magistrado, a supressão da confidencialidade viabilizou que críticas contra a reputação de Gonet circulassem antes de o assunto ser resolvido.

"Levanta-se o sigilo, submete-se a reputação de um homem honrado a ataques rasteiros nas redes sociais e, só então, reconhece-se que nada de grave havia naquelas conversas", ponderou.

Na perspectiva de Gilmar, o resultado do conselho representou um "reparo túbio e conveniente para quem causou o dano", porém foi incapaz de neutralizar os impactos decorrentes da exposição mediática. O ministro reforçou ainda que a situação evidencia questões vinculadas a "vazamentos seletivos" e questionou o período escolhido para eliminar a confidencialidade, coincidindo com aproximação do processo eleitoral.

Em seu comunicado, Mendes também mencionou o afastamento do chefe da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, efetivado por ordem de Mendonça.



Flávio pede prisão de servidor do Planalto por caso Nossa Senhora Aparecida

"São episódios diferentes, mas que lançam luz sobre o mesmo problema. Decisões individuais de enorme alcance, tomadas de afogadilho na fase de investigação, cujos efeitos sobre reputações e sobre instituições são irreparáveis", afirmou.

Para o magistrado, tais ocorrências evidenciam a relevância de expandir o instituto do juiz de garantias também para o Supremo Tribunal Federal.

O modelo instituído em 2019 estabelece a divisão entre as atribuições de apuração e julgamento. Nesta estrutura, o juiz responsável por verificar a legalidade da persecução penal e autorizar medidas como revistas, detenções e suspensão de confidencialidade atua de forma independente do juiz que decidirá sobre o mérito acusatório. A estrutura busca ampliar a imparcialidade nas decisões judiciais.

Durante 2023, a Corte Suprema confirmou a compatibilidade constitucional do juiz responsável pelas garantias, determinando que sua implementação é compulsória para todas as cortes de justiça do país. Contudo, tal mecanismo não se estende até o Tribunal Supremo.



À CNN, Jorge Messias descarta risco jurídico à MP do fim das bets

Gilmar integra o segmento de magistrados alinhados com Alexandre de Moraes e tem desempenhado papel de destaque ao questionar as ações de Mendonça. Ambos protagonizaram confrontos diretos durante a sessão de julgamento direcionada a examinar eventual abertura de apuração contra Moraes em função de comunicações trocadas com Daniel Vorcaro.